Referenciais teóricos para o entendimento das periferias

Theoretical frameworks for the understanding of the peripheries

Leandro da Silva Guimarães

Mestre em Geografia – Universidade Federal Fluminense (UFF)

e-mail: leandrosilvagui@gmail.com

Sidnei Clemente Peres

Doutor em Antropologia -Universidade Federal Fluminense (UFF)

e-mail: sidperes@globo.com

Artigo recebido para revisão em 12/08/2015 e aceito para publicação em 22/09/2015

Resumo

O texto busca entender a construção da desigualdade sócio-espacial no Brasil por meio do processo de espacialização dessa mesma desigualdade, nesse sentido, ele analisa, arranhando as margens do que se convencionou de espaços periféricos que seriam frutos do modelo urbano brasileiro e de como esse mesmo modelo produziu metrópoles gentrificadas e excludentes. Assim, o texto vai à busca do referencial matriz da discussão de espaço urbano, das territorialidades que emergem dessa construção espacial. Discutimos assim, espaço, periferia e agentes produtores do espaço nesse interim. Nesse sentido, a discussão de tais temas se torna consubstanciais para o entendimento das desigualdades sociais e espaciais no Brasil, bem como, do papel do Estado como gestor do ordenamento sócio-espacial do território e principal agente na solução de tais problemáticas. Espera-se que com a materialização de um estudo de maior monta, do qual esse artigo é só um micro trabalho possamos contribuir com subsídios que contribuam para o arranjo e cristalização de políticas públicas, que deem conta das desigualdades sociais e sirvam para alavancar um país com cidades mais justas e igualitárias.

Palavras-chave: Urbanização, Periferia, Desigualdade, Território.

Abstract

Text and seeks to understand the construction of socio-spatial inequality in Brazil through the spatial process of that inequality in this sense it analyzes, scratching the margins of what is peripheral spaces that would be fruit of the Brazilian urban model and how this same model produced gentrification and exclusive metropolises. Thus, the text goes in search of the standard array of urban space for discussion, the territoriality that emerge from this spatial construction. We discussed thus space, periphery and producers Space agents in the interim. In this sense, the discussion of such issues become inherently linked to understanding the social and spatial inequalities in Brazil, as well as the state's role as manager of the socio-spatial planning and principal agent in the solution of such problems. It is expected that with the realization of a study of greater amounts, from which this article is just a micro work can contribute subsidies that contribute to the arrangement and crystallization of public policies that give account of social inequalities and serve to leverage a country more fair and equitable cities.

Keywords: Urbanization, Periphery, Inequality Territory

1. INTRODUÇÃO:

Espaço – Conceito Fundamental para o Entendimento da Dinâmica da Sociedade

O conceito de espaço na Geografia, em seu processo de evolução como disciplina institucionalizada, recebeu diversas acepções e conotações. O espaço já fora visto como espaço vital (Ratzel), como uma forma de interação entre homem-meio através de um dado arcabouço cultural e técnico (La Blache). O espaço também já fora visto como espaço absoluto derivado da visão Kantiana de base intuitiva, pregando a separação entre as dimensões do tempo (história cronológica) e espaço. O espaço também já foi considerado como um dado organizacional, um instrumento de planejamento *a priori*, derivado da concepção abstrata e neopositivista da Nova Geografia.

Espaço e Práxis

A visão epistêmica que constrói a noção de espaço geográfico como um produto da práxis, do trabalho humano, data de 1970. Ela é fundada nas discussões derivadas do materialismo histórico e dialético.

O espaço dentro desse contexto aparece de forma primordial na obra do pensador francês Henry Lefebvre, que argumenta que o espaço, a geograficidade, possui um papel fundamental na reprodução da dinâmica societária, sendo uma condição decisiva também na definição do ser, na sua transformação e no seu engajamento. O espaço é o nexo da reprodução das relações de produção.

O espaço, assim, pode ser visto como a união tríplice entre as formas espaciais produzidas pela natureza, ou seja, entre o quadro físico e natural, o quadro mental e psicológico e emocional que desencadeia os espaços da representação, e as representações do espaço às práticas sociais, que se materializam como práticas espaciais.

A interação e conjunção desses três aspectos configuram-se como um espaço social, um produto histórico da sociedade, que se esclarece a partir dos três níveis do real: o vivido, o percebido e o concebido, onde de forma una e contraditória se manifestam as pactuações e as tensões da sociedade em movimento. O espaço então seria, segundo Gottdienner (1993, p. 127):

Uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade de engajar-se na ação, isto é, num plano individual, por exemplo, ele não representa o local onde acontecem os eventos (função receptáculo), mas significa a permissão social de engajar-se nos eventos (a função de ordem social).

O espaço nasce da interação dialética da ação prática, das representações e do dado “natural” que se entrelaçam conduzindo ao projeto do único, da materialidade espacial produzida. O espaço, assim, não é um dado abstrato desarticulado das práticas sociais reais que o originam, não é apolítico

e muito menos antiestratégico. Ele é política, cultura, ideologia e história, conteúdo e condição de realização desta. Neste sentido, Lefebvre nos diz (1976, p. 31):

(...) o espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre é político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser “puramente” formal e precisamente por ter sido ocupado e usado e por ter sido foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse processo foi político. O espaço é político e ideológico. É um produto repleto de ideologias.

O espaço socialmente produzido seria resultado das relações de produção, da atuação de diversos grupos, facções de classes que se confrontam em uma mesma arena de luta, a arena representada pela sociedade civil, e que de modo consciente e inconsciente terminam por construir o espaço, produto dessas relações.

Entendemos a construção espacial das sociedades como um processo de devir social que se materializa concretamente nas formas espaciais, que marcam a configuração territorial das sociedades; essas formas espaciais complementares e diferenciadas trazem sempre inerentes as relações de interdependência entre a sociedade e o espaço por ela construído. Isso significa que o espaço como produto se revela e surge como fruto do trabalho social do passado e do presente, trabalho este que materializa as forças vitais do ser humano como ser social, como indivíduo e como cultura, na forma de um meio ambiente social e historicamente produzido.

Dessa forma, não existe sociedade sem espaço que ela habita e ocupa, que marca, escreve e inscreve, onde projeta e cria seus símbolos e sua rede de significados. A produção desse espaço social constitui-se por meio de uma relação metabólica na qual homem, técnica e natureza coabitam e se entrelaçam, sendo esta relação origem constitutiva do espaço geográfico, como nos diz Moreira (1997, p. 5):

(...) o mundo se revela como uma grande coabitação. Uma convivência global, onde animais, vegetais, nuvens, chuvas, tudo se mistura num viver comum com o homem. E assim não só o homem não se vê como uma figura isolada e inerte dentro dessa diversidade como também se vê como co-partícipe e criador do mundo. Compreende que tem com o todo uma relação de sujeito-objeto, criando e sendo criado no mundo. Isto é, que não apenas coabita, mas atua, age sobre a diversidade, rearrumando-a no sentido de dar-lhe a forma de um modo de vida unitário. Torna-o um mundo.

A unidade surge pela força criadora e unificadora das práticas sociais e é uma unidade imposta pelos ditames das técnicas; esta unidade é a essência constitutiva do espaço geográfico, resultado direto do movimento da produção, que homogeneíza a diversidade sob uma forma única de referência, a referência do homem e seus modos de produção criados historicamente. Contradição em origem. Produzir espaço, então, é produzir-se a si mesmo como ente social, como cultura e como sociedade.

Assim, a construção do espaço geográfico se faz por meio de um jogo de tensões entre o olhar criado no cerne dos mecanismos do poder hegemônico do Estado ou dos grupos dominantes, que tem por base uma representação centrada na unidade e no homogêneo, e o olhar do diverso, centrado no princípio da alteridade e do heterogêneo, que se confrontam na busca por hegemonia, ou no consenso da coabitação.¹

A espacialidade organiza-se assim a partir de dois olhares principais, o olhar da diferença centrado na diversidade, nas periferias representadas como centros alternativos, no convívio das alteridades que as compõem, e o olhar do uno, centrado no espaço abstrato sem significado co-existencial, espaço do centro da referência única que hierarquiza e domina dentro do contexto do símbolo construído no olhar hegemônico da unidade imposta à força.

O espaço abstrato, criação dos agentes do capital e das tecnologias de arranjo do Estado, nasce desse jogo de tensões entre homogenia-heterogenia, do conflito e do consenso, ele é resultado da exteriorização das práticas econômicas e políticas dos blocos sociais dominantes da sociedade. Em sua natureza ele é fragmentado, hierárquico e classificatório e cristaliza-se como a materialidade da ordem dominante no jogo dialético da organização espacial. É o espaço construído sob o signo/símbolo do valor de troca, da mercadoria, do espaço como objeto de consumo comercial, como valor dominante que deve ser disseminado por toda a sociedade.

Contudo, no jogo contraditório de construção do espaço geográfico, o banal como forma de organização espacial também tem sua palavra, a diversidade está presente como a unidade comunitária dos coabitantes, que desejam a construção de um espaço da diversidade, mais democrático, um espaço onde as alteridades convivam com base no consenso. Isso se materializa no cotidiano nas diversas formas de lutas urbanas por um espaço vivido de uso mais democrático e plural.

2. AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO

Anteriormente, fora dito que o espaço era um produto da sociedade, uma construção humana. O espaço é resultado das práticas sociais de diferentes elementos que o produzem e o consomem por meio de usos sociais, culturais e econômicos. Isso quer dizer que o espaço criado e recriado pelas sociedades no decorrer da história é resultado de conflitos, é fruto da dinâmica contraditória de sua marcha. O processo de criação do espaço é recheado de contradições e tensões, onde as relações de classe entrecruzam-se e criam sérios conflitos e lutas. O urbano e a cidade são

¹ Na coabitação do consenso é a regra que origina, reitera e corrige o arranjo das distribuições, a norma velando para que as diferenças se reconheçam, se legitimem e governem diante da identidade, o múltiplo no uno, o diverso na unidade. Na coabitação coercitiva é a regra que origina, recria e reproduz a obediência ao centro de referência, a norma corroborando o governo da identidade, do uno e da unidade assim impostas (Moreira, 2002, p. 54).

resultado e resultante de ações, de práticas sociais acumuladas no decorrer da História, gerada por elementos que produzem e usam o espaço produzido. Esses elementos são “entidades” concretas e reais; o espaço não é resultado de uma dinâmica aleatória das leis do mercado, apesar de estas interferirem. O espaço é construído por esses agentes, influenciados pela dinâmica da acumulação de capital e pelas necessidades de reprodução das relações de produção.

Mas quem são esses atores? Como identificá-los? Quais suas práticas? Como transpor os limites do campo teórico e analisá-los no terreno da empiria? Nesta parte do texto procuraremos identificá-los no campo teórico e, posteriormente, discerni-los no campo prático e real.²

Harvey (1982), por razões de conveniência analítica, admite a possibilidade de existência de quatro grupos de atores com uma clara distinção entre eles. Dessa forma teríamos:

1. Um grupo dentro da fração do capital que a todo custo estaria interessado na apropriação da renda quer diretamente, na forma de proprietários fundiários ou empresas imobiliárias, quer de forma indireta por meio de transações financeiras nas quais se colocam como intermediários, visando uma taxa de retorno;
2. Uma fração do capital procurando auferir juros e lucros por meio da produção de novos elementos dentro do mobiliário urbano, os chamados interesses da construção;
3. O chamado capital em geral, que encara o meio ambiente construído como um dreno para seu capital acumulado e como um meio de acumulação;
4. A classe trabalhadora, que Harvey chama de força de trabalho. Esta utiliza a cidade como um meio de consumo e como um meio para sua própria reprodução biológica. Harvey admite também que a cidade pode ser dividida em variados elementos que por sua natureza são de capital fixo a serem utilizados no movimento da produção econômica (como pontes, fábricas, rodovias etc.) e de elementos de fundo de consumo ou de consumo coletivo (como casas, ruas, parques etc.).

O conflito se estabelece entre esses atores, responsáveis, na visão de Harvey, pela produção e pelo consumo da cidade, e que aplicam diferentes usos a cada fatia do meio ambiente construído. O espaço dito público é o cerne da problemática conflitual que se estabelece entre eles, sendo o trabalhar e o viver o par dialético dessa oposição.

Corrêa (1993), ao procurar determinar teoricamente os atores responsáveis pela produção do espaço urbano, avança utilizando as definições de Harvey e constrói teorizações mais exatas e precisas acerca de como e por quem a cidade capitalista é produzida e reproduzida. Dessa forma, nas aportações desenvolvidas por Corrêa, são definidos os seguintes atores:

² Luis Bahiana, em um texto de 1978, publicado nos Anais do Encontro da AGB teoriza sobre os agentes modeladores do espaço urbano e suas ações entrecruzadas que resultam na espacialidade da cidade capitalista revelando que a fronteira da definição entre os promotores imobiliários e os proprietários fundiários é muito tênue, muitas vezes não nos deixando definir quem é quem no jogo da especulação urbana.

- a. Os proprietários dos meios de produção, principalmente os grandes industriais;
- b. Os proprietários fundiários;
- c. Os promotores imobiliários;
- d. O Estado;
- e. Os grupos sociais excluídos.

Abaixo elaboramos uma pequena discussão sobre as especificidades de cada um desses atores.

Os Proprietários dos Meios de Produção

Nesse grupo encontramos aqueles que representam os maiores consumidores do espaço e dos equipamentos espaciais. Buscam os melhores espaços em termos de seletividade, expressão direta dos princípios de localização e distribuição combinados entre si, buscam formas seletivas em termos espaciais onde seu capital poderá se reproduzir com maior amplitude e perfeição. Os grandes industriais, em virtude da amplitude de atividades desenvolvidas, necessitam de amplos espaços que possam viabilizá-las. A localização precisa satisfazer requisitos de produtividade econômica que tragam um amplo retorno do capital investido e isto requer terrenos amplos e baratos que possam otimizar essas atividades.

Os Proprietários Fundiários

Pode ser definido como o grupo que tem como objetivo central extrair a renda da terra, a transformando em valor de troca, metamorfoseando o solo urbano em mercadoria, em espaço, buscando sempre usos para o solo, economicamente mais rentáveis em seu ponto de vista, sua ação tem maior influência nos espaços por excelência existentes nas periferias. Fatias extensas da cidade são destinadas à moradia, à habitação. A construção das unidades habitacionais é fruto de dois movimentos ora opostos, ora convergentes. São os chamados dois circuitos de produção do espaço imobiliário, o do mercado legal e o da autoconstrução. O monopólio da propriedade fundiária atua como um entrave na ação desses dois circuitos.

Nas cidades capitalistas, principalmente as latino-americanas, imensas glebas, grandes extensões de terra pertencem a uma minoria de especuladores imobiliários, que as retêm à espera de valorização. De acordo com Corrêa (1993, p. 16):

(...) os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerado possível, especialmente uso comercial ou residencial de status. Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, tem interesse na expansão do espaço da cidade na medida que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso.

Quanto maior a fatia espacial destinada à valorização, tanto maior é a exclusão das camadas populares do mercado imobiliário, as quais só resta como alternativa viável se deslocar à procura de habitação nas periferias distantes do núcleo urbano, em loteamentos populares e periféricos, autoconstruídos por diversas articulações entre variados atores que se combinam e produzem esse espaço urbano periférico.

Aqueles que um dia desejam ter o direito à benesse chamada casa própria são obrigados a se localizar nas periferias das metrópoles, levados a adquirir terrenos com o mínimo de infra-estrutura e a construir casas à base do sobretrabalho, na forma autoconstruída, com a ajuda de parentes e amigos.

As camadas populares são as mais prejudicadas por esse movimento especulativo nas periferias. Nos espaços populares é onde acontece, onde se manifesta de forma mais profunda a dinâmica segregativa do urbano brasileiro, realçada pelos imensos problemas sócio-espaciais que aparecem nas comunidades periféricas.

Os Promotores Imobiliários

É o grupo que transaciona com o solo urbano criado, a partir de critérios de seletividade. Estes vêem a cidade como um produto que encerra um valor de uso do qual conseguem extrair um valor de troca, ou seja, agem no sentido de transformar o solo em mercadoria passível de ser comprada e vendida; os espaços edificados se constituem como fonte de consumo e lucratividade.

A produção e o consumo do solo na economia capitalista são condicionados, impulsionados e regulados por mecanismos orientados pelo mercado. O preço da terra se forma, cria e se recria a partir da possibilidade de acesso ao uso do espaço criado. O acesso ao espaço só se dá de forma privada, mediante a compra ou aluguel periódico e interminável. O promotor imobiliário tem sua ação condicionada por esses mecanismos e, quando resolve agregar e promover determinada área como espaço urbano passível de ser vendido tem como objetivo um preço que a mercadoria solo em sua forma original não possui. A valorização de tal gleba é antecipada em função do movimento da urbanização, e o especulador/promotor está sempre disposto a esperar o tempo necessário para a valorização do seu empreendimento.

O promotor imobiliário é o ator que se reúne em sociedade ao proprietário fundiário para implantar um loteamento. Para que esse objetivo seja atingido é preciso elaborar um projeto e aprová-lo nos órgãos legais dentro dos padrões jurídicos estabelecidos.

A venda dos lotes, após o projeto aprovado, geralmente fica a cargo das imobiliárias ou muitas vezes é tratado no “boca-boca” entre as pessoas interessadas em adquirir os lotes e seus proprietários.

Os promotores geralmente auferem uma parte no interior da negociação e completam assim o circuito da produção e do consumo dos bens imobiliários. Dentro do processo de produção e de consumo desses bens, variados pactos e conflitos se estabelecem entre os atores envolvidos. A renda

da terra e seu valor de uso e de troca se constituem como a mola propulsora dessa trama social. Santos (1979, p. 29) nos diz:

Três atores têm ação destacada nos dramas urbanos que se representam no palco das periferias: o Estado (instância ou instâncias do poder público influentes na escala local); o capital (representado por empresas formalizadas grandes e pequenas ou mesmo por indivíduos); o morador (indivíduo-usuário ou grupos representativos de diversas ordens). Esses três atores, condicionados, é claro, por determinantes urbanos e econômicos maiores, vão se compor de diversas formas para tirarem o máximo de partido das conjunturas que têm de enfrentar.

Nesse sentido, dentro do circuito de produção e de consumo dos bens imobiliários no qual esses atores pactuam e lutam entre si, adentram aqueles que possuem uma dada soma de capital para adquirir o imóvel ou que possam facilitar a sua aquisição por parte de outros.³

Os bancos agem como o agente financeiro, abrindo suas linhas de financiamento e de empréstimos para que algumas camadas da sociedade venham a usufruir desse bem. Nesse sentido, os promotores imobiliários são os grandes agentes de comercialização e de transformação da cidade em um meio corporativo privado que exclui e re-inclui precariamente diversas camadas pobres que compõem a sociedade capitalista. Assim, resumem-se conceitualmente os promotores imobiliários e as suas estratégias, de modo sucinto e objetivo.

O Estado

O Estado é o elemento fundamental na reprodução das relações de produção. Nesse processo complexo ele atua na produção e na organização do espaço da cidade. Nesse sentido, a reprodução das relações de produção estrutura-se em três níveis, nos quais o Estado é o elemento metabólico fundamental; assim, o primeiro nível diz respeito à reprodução biológica a nível familiar; o segundo nível é a reprodução da força de trabalho e o terceiro é a reprodução das relações sociais de produção, na qual “esses níveis e processos são mantidos em um estado de coexistência e coesão pela ação do espaço social, isto é, pela comunidade orgânica entre e produção e consumo”. Gottdienner (1993, p.147).

O Estado, no interior das lutas por hegemonia que marcam os usos que se conferem à cidade, atua como produtor e nexos organizativo dos fixos e fluxos espaciais, coordena e regula a ação dos demais atores sociais, age e influencia a dinâmica da sociedade construída espacialmente. Suas ações são um reflexo dos conflitos que se manifestam no cerne da sociedade, atuando em uma fronteira

³ “O intermediário mais comum entre o empreendedor e os compradores parece ser mesmo o corretor que, em alguns casos, paralelamente à venda do lote, efetua a propaganda do loteamento (...), a forma mais comum de remunerá-los é através de uma porcentagem deduzida sobre o preço total do lote, em geral 15%. Essa comissão pode ser paga integralmente, na época da efetivação do negócio, ou em parcelas mensais, constituindo-se numa parte das prestações saldadas pelo comprador. Mas a comissão pode variar conforme a localização do loteamento, o que pode tornar a venda dos lotes mais ou menos difícil”. CHINELLI, F. *Os Loteamentos de Periferia – Habitação em Questão*. São Paulo, Paz e Terra, 1979.

confusa, marcada e delimitada pelos diferentes interesses de classe que se delineiam nessas redes de poder criadas e recriadas pelos conflitos de classes e de grupos que marcam o corpo social.

O Estado tende a privilegiar os interesses daqueles grupos ou camadas que pertencem às classes dominantes, que de tempos em tempos se alternam nos aparelhos de poder e de hegemonia. Ele seria o responsável direto pelos serviços de infra-estrutura, habitação e de organização do uso do solo na cidade. É ele quem determina, por meio da legislação urbanística, quais os atores terão o direito à cidade e ao uso do espaço produzido.

O Estado também é o mediador dos conflitos urbanos em torno do direito à cidade, é a estrutura responsável pela organização do corpo social através da organização do próprio espaço, da edificação de habitações populares e da construção de meios espaciais de consumo coletivo. Meio utilizado pela estrutura estatista para administrar os conflitos de classes e de grupos pelo direito de uso à cidade, mas não só isso, o setor habitacional tem se tornado também nos últimos tempos um instrumento importantíssimo de reprodução do capital. O chamado circuito secundário se torna, graças à especulação imobiliária, um veículo de fundamental relevo na reprodução do capitalismo.

Os Grupos Sociais Excluídos

Os grupos sociais excluídos participam do uso da cidade da maneira como esta é organizada de maneira marginalizada.⁴ Sua única opção é a compra de lotes "baratos", com prestações a perder de vista em alguma periferia insalubre existente dentro do tecido urbano metropolitano, ou então encampando moradias deterioradas existentes nos centros das grandes cidades, os chamados cortiços.

As camadas excluídas têm nas favelas, nas casas autoconstruídas em loteamentos periféricos e nos cortiços suas únicas opções de moradia e de direito à cidade. A autoconstrução é a fórmula utilizada para resolver (?) o problema de moradia e de acessibilidade (em alguns casos à cidade e ao emprego).

Nesse sentido, na produção de suas moradias, uma grande variedade de processos se faz presente. Assim, a compra do material de construção se dá em prestações e a construção do imóvel se faz por conta própria, à base de trabalho excedente realizado nos finais de semana e nas horas de folga. Somente dessa forma essas populações conseguem se livrar do aluguel; a autoconstrução, "arquitetura do possível", faz parte de uma estratégia de sobrevivência, uma saída, uma iniciativa que levanta barracos de um dia para o outro ou em processos demorados, a contar uma ordem urbana desagregadora e massacrante, fruto de uma pólis desumana e segregadora.

⁴ Santos (1996) define esses grupos como aquelas camadas da sociedade que só por estarem na cidade se transformam em contraracionalidades opostas à racionalidade capitalista hegemônica. São os pobres, os migrantes, os precariamente incluídos, as minorias raciais e étnicas e que do ponto de vista do mercado de trabalho se dedicam às atividades ditas marginais e marginalizadas, atividades não valorizadas socialmente. Estes pobres, do ponto de vista de sua localização geográfica, se situam nas periferias e favelas, nas zonas ditas "opacas".

A espacialidade fruto do movimento dos grupos sociais excluídos, de seu trabalho de autoconstrução de moradias, é marcada pela ausência. São, em geral, áreas não dotadas de infraestrutura e possuem uma paisagem bem indefinida, são espaços da pobreza e da desigualdade.

Os grupos sociais excluídos são os chamados usuários do espaço, são aqueles atores que visam à satisfação de suas necessidades mais básicas, como habitar, viver, se deslocar, coexistir. Buscam o espaço em primeiro lugar como valor de uso e como condição de existência e de luta política.

3. CONCLUSÕES

Este trabalho procurou, através de uma análise conceitual entender os mecanismos e as dinâmicas sociais formadoras que possibilitaram a construção dos espaços periféricos, para tanto, realizamos uma discussão básica sobre os conceitos basilares das ciências sócio espaciais, tais como espaço, produção do espaço, agentes produtores e também, periferia e loteamento popular. O objetivo aqui delineado era fornecer subsídios teóricos para a compreensão das dinâmicas sociais e espaciais que ordenam as territorialidades urbanas contemporâneas, nesse sentido, realizamos uma releitura de referenciais básicos em termos teóricos que liam e entendiam as periferias nos anos 80 e 90, para, na atualidade construir pontes que possibilitem uma leitura atualizada e compreensiva desses espaços.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. O Crescimento das Periferias no Países de Terceiro Mundo: Uma Apresentação do Tema. In: SANTOS, M. (Org.). **A Construção do Espaço**. São Paulo: Nobel, 1985. p. 61-70.

ADAUTO, L. C. **Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Observatório IPPUR/ UFRJ – FASE, 2001. p. 2-23.

ARAÚJO, E. de C. Projeto de Urbanização Integrada como Experiência de Gestão Urbana na Metrópole. In: Anais do Seminário Nacional Região Metropolitana: Governo, Sociedade e Território. São Gonçalo, FFP-UERJ, 2003. p. 1-10.

BAHIANA, L. C. C. Agentes Modeladores e Uso do Solo Urbano. In: Anais do Encontro Nacional dos Geógrafos - Fortaleza. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978. p. 53-62.

BEOZZO DE LIMA, M. H. Em Busca da Casa Própria: A Autoconstrução na Periferia do Rio de Janeiro. In: MARICATO, E.. **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 70-91.

BONDUKI, N.; RONICK, R. Periferia da Grande São Paulo: Reprodução do Espaço como Expediente de Reprodução da Força de Trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). **A Produção Capitalista da Casa e da Cidade no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa e Omega, 1982. p.117-154.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades Brasileiras: Seu Controle ou Seu Caos** (Coleção Cidade Aberta). São Paulo: Nobel, 1984. 177 p.

CAPEL, H. **Filosofia y Ciencia em la Geografia Contemporânea**. Barcanova, 1981. 509 p.

- CASTELLS, M. **A Questão Urbana (1972)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHINELLI, F. Os Loteamentos de Periferia. In: VALLADARES, L.; SANTOS, C. N. F. dos (Orgs.). **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 49-67.
- CORRÊA, R. L. Espaço Urbano: Notas Teóricas e Metodológicas. In: CORRÊA, R. L. (Org.) **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, pp. 79-92.
- DAVIDOVICH, F. Um foco sobre o processo de urbanização no Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Geografia**, p. 333-371, 1986.
- GOTTDIENNER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1993. 293 p.
- KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979. 297p.
- LAGO, L. C. Favela-loteamento: Re-conceituando os Termos da Ilegalidade Urbana. In: Anais do X Encontro Nacional da ANPUR, 2001. p. 1-11.
- LAGO, L. C. Reestruturação nas Grandes Cidades Brasileiras: o Modelo Centro-periferia em Questão. In: LAGO, L. C. **A Casa Própria em Tempos de Crise: Os Novos Padrões de Moradia nas Grandes Cidades**, 1999. p. 27-49.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Documentos, 1969. 189 p.
- LEFEBVRE, H. Para Uma Estratégia Urbana. In: LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 125-164.
- MARICATO, E. Autoconstrução, a Arquitetura do Possível. In: MARICATO, E. **A Produção Capitalista da Casa e da Cidade no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa e Omega, 1982. p. 71-85.
- MOREIRA, R. As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades. **Geographia**, v. 3, n.5, Niterói, p. 19-41, 2002.
- MOREIRA, R. Da Região à Rede e ao Lugar (A Nova Realidade e o Novo Olhar Geográfico Sobre o Mundo). **Ciência Geográfica**, p.1-11, 1997.
- MOREIRA, R. O Modelo Industrial e Meio Ambiente no Espaço Brasileiro. **Geographia**, v. 4, n.9, Niterói, p.7-28, 2003.
- MOREIRA, R. O Espaço e o Contra-espço: As Dimensões Territoriais da Sociedade Civil e do Estado, do Privado e do Público na Ordem Espacial Burguesa. **Territórios**, Niterói, p.49-67, 2002.
- OLIVEIRA, A. U. de. A Lógica da Especulação Imobiliária. In: OLIVEIRA, A. U. de. **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982, pp. 131-146.
- PERLMAN, J. E. **O Mito da Marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 195 p.
- SANTOS, C. N. Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiro. In: SANTOS, C.; VALLADARES, L. (Orgs.). **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 17-47.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 308 p.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 157 p.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Desenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979. 317 p.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Hucitec, 1973. 142 p.

SOARES, M. T. S. Nova Iguaçu: Absorção de uma Célula Urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, p.256, 1962.

SOUZA, M. J. L. **O Desafio Metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 366 p.

TAVARES, M. T. G. **Os Pequenos e a Cidade**: O Papel da Escola na Construção de Uma Alfabetização Cidadã. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. 247 p.